

Vogais suplentes — Lina Maria Figueiredo Monteiro Cardoso e Domingos Manuel Martins de Sousa, técnicos de 1.ª classe.

Todos os elementos do júri são funcionários da Delegação do INSA e estão integrados na carreira e profissão para a qual o concurso é aberto.

10 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

11 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

22 de Março de 2005. — O Director, *Manuel Gomes Afonso*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário

Aviso n.º 3866/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma, comunica-se a todo o pessoal do quadro especial transitório criado na Secretaria-Geral do ex-MEPAT que se encontra afixada na *hall* de entrada do sector de pessoal a lista de antiguidade referida a 31 de Dezembro de 2004, da qual pode ser deduzida reclamação no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

30 de Março de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Filipe Silva*.

Instituto Nacional de Aviação Civil

Aviso n.º 3867/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os efeitos previstos no artigo 96.º do mesmo diploma, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal do quadro da ex-Direcção-Geral da Aviação Civil com referência a 31 de Dezembro de 2004.

31 de Março de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Hernâni Machado Duarte*.

Aviso n.º 3868/2005 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 66/92, de 23 de Abril, torna-se público que a empresa Air Luxor, S. A., requereu licença para exploração de serviços de transporte aéreo regular na rota Lisboa-Praia-Lisboa.

Qualquer entidade que, legitimamente, pretenda pronunciar-se sobre o requerido pela Air Luxor, S. A., ou apresentar candidatura alternativa deverá fazê-lo junto do Instituto Nacional de Aviação Civil, no prazo de 15 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso.

31 de Março de 2005. — O Director do Licenciamento de Empresas, *Luís Sertório Ovídio*.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Deliberação (extracto) n.º 522/2005. — Para os devidos efeitos se publica que o júri para as provas de habilitação para o exercício de funções de coordenação científica do investigador principal engenheiro João Manuel Marcelino Mateus da Silva nomeado por deliberação da direcção de 22 de Março de 2005 tem a seguinte composição:

Presidente — Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
Vogais:

Doutor Emanuel José Leandro Maranha das Neves, professor catedrático do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Manuel António de Matos Fernandes, professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Doutor Raimundo Moreno Delgado, professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
Doutor Luís Joaquim Leal de Lemos, professor catedrático da Universidade de Coimbra.

Doutor António Gomes Correia, professor catedrático da Universidade do Minho.

Doutor José Delgado Rodrigues, investigador-coordenador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Engenheiro Pedro Simão Seco e Pinto, investigador-coordenador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Engenheiro José Antero Senra Vieira de Lemos, investigador-coordenador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

22 de Março de 2005. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

Deliberação (extracto) n.º 523/2005. — Por deliberações da direcção do LNEC de 22 de Março de 2005:

Manuel José Pegado Mendes de Oliveira, Jorge Manuel Vieira Borges Lourenço Rodrigues e Maria Sofia Coelho Costa e Sousa Ribeiro, assistentes de investigação em regime de contrato administrativo de provimento — nomeados definitivamente investigadores auxiliares, da carreira de investigação científica, no escalão 1, índice 195, com efeitos, respectivamente, a 2, 14 e 17 de Dezembro de 2004, datas da aprovação das provas, considerando-se os contratos administrativos de provimento como assistentes de investigação rescindidos a partir da mesma data. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2005. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Inspecção-Geral das Actividades Culturais

Despacho (extracto) n.º 7740/2005 (2.ª série). — Por despacho da inspectora-geral das Actividades Culturais de 28 de Março de 2005:

Maria Madalena Antunes Luís, assistente administrativa especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Inspecção-Geral das Actividades Culturais — reclassificada, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal da Inspecção-Geral das Actividades Culturais, ficando posicionada no escalão 1, índice 400, com efeitos a partir da data do despacho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2005. — O Subinspector-Geral, *Júlio Araújo Melo*.

Instituto das Artes

Despacho n.º 7741/2005 (2.ª série). — Atendendo ao facto de se ter verificado a impossibilidade de proceder, em tempo útil, à publicação em órgão de imprensa de expansão nacional, de acordo com o disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, dos anúncios referentes à abertura de concursos internos de acesso misto publicitados pelos avisos n.ºs 1683/2005 e 1684/2005, de 21 de Fevereiro, e 1755/2005 e 1756/2005, de 22 de Fevereiro, no *Diário da República*, 2.ª série, n.ºs 36 e 37, respectivamente, determina a anulação dos referidos concursos.

14 de Março de 2005. — O Director, *Paulo Cunha e Silva*.

Instituto Português de Conservação e Restauro

Despacho (extracto) n.º 7742/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê nos n.ºs 2 e 3 do seu artigo 23.º a renovação da comissão de serviço dos titulares de cargos de direcção intermédia, designadamente de directora de serviços;

Considerando que a licenciada Maria Isabel Macedo Ribeiro corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do Instituto Português de Conservação e Restauro e que a mesma detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de directora do Departamento de Estudos de Materiais (equiparado a director de serviços);

Considerando ainda a excepcional colaboração que a licenciada Maria Isabel Macedo Ribeiro tem prestado ao desenvolvimento e modernização do Departamento de Estudos de Materiais, bem como à prossecução de investigação aplicada, à formação e ao apoio científico aos trabalhos desenvolvidos nomeadamente no Departamento de Conservação:

- 1 — É renovada a comissão de serviço da directora do Departamento de Estudos dos Materiais (equiparado a director de serviços).
- 2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 25 de Fevereiro de 2005.

26 de Novembro de 2004. — A Directora, *Ana Isabel Seruya*.

Instituto Português de Museus

Despacho (extracto) n.º 7743/2005 (2.ª série). — 1 — Foi publicado no *Diário de Notícias* de 13 de Janeiro de 2005 e na bolsa de emprego público, em 19 de Janeiro de 2005, o processo de selecção do titular do cargo de director do Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra (cargo de direcção intermédia de 1.º grau a exercer em museu dependente do Instituto Português de Museus).

2 — Analisadas as candidaturas verificou-se que o mestre Pedro Redol Lourenço da Silva reúne todas os requisitos do perfil pretendido, ou seja:

- a) Licenciatura em História, variante em História de Arte e mestrado em Arte, Património e Restauro;
- b) Experiência profissional em áreas diversificadas da museologia e do património cultural;
- c) Experiência na coordenação de equipas, pois já desempenhou funções dirigentes.

3 — Visto estarmos perante uma candidatura que preenche as condições para exercer o cargo, conforme se constata pela nota curricular em anexo, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeado em regime de comissão de serviço por três anos, renováveis por iguais períodos de tempo, o mestre Pedro Redol Lourenço da Silva para o cargo de director do Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra.

4 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2005.

23 de Março de 2005. — O Director, *Manuel Bairrão Oleiro*.

Síntese curricular

Nome — Pedro Redol Lourenço da Silva.

Naturalidade — Tomar.

Data de Nascimento — 13 de Julho de 1965.

Formação académica e profissional:

- Licenciatura em História, variante de História de Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- Mestrado em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- 1987 — estágio de conservação de materiais e de estruturas arqueológicas no Museu Monográfico de Conímbriga;
- Estágio prático sobre técnica do vitral na Escuela-Taller de Restauración de Cuenca, Espanha, sob orientação do mestre vitralista Henri Dechanet;
- 1988 — estágio de conservação e restauro de pedra e de vitral em Inglaterra a convite do Institute of Archeology of the University of Oxford;
- 1991 — estágio prático de conservação e restauro de vitral na secção de restauro dos estúdios de vitral e mosaico Gustav Van Treeck em Munique, sob orientação da Dr.ª Hannclore Marschner, do Bayerisches Landesamt für Denkmalpflege;
- 2002 — curso «The Painter's Palette in the 16th and 17th Century: Pigment Preparation and Painting Technology», da Amsterdam-Maasstricht Summer University, no Stichting Restauratie Atelier Limburg, Maastricht.

Experiência profissional:

- 1987-1989 — coordenador e professor de História da Arte e de Conservação de um curso de canteiros restauradores do Mosteiro da Batalha;
- 1989-1999 — professor nas áreas de Teoria de Conservação e Restauro e de Conservação e Restauro de Pedra, Vidro e Vitral da Escola Superior de Conservação e Restauro;
- 1990-1999 — técnico superior do Mosteiro da Batalha, com responsabilidade pelos vitrais portugueses tardomedievais e do Renascimento, tendo instalado um centro de conservação e restauro de vitral; participou no projecto financiado pela

Comissão Europeia «Assessment and monitoring the environment of cultural property»;

1996 — presidente do comité português do Corpus Vitrearum Medii Aevi (sob a égide da Union Académique Internationale e do Comité Internacional d'Histoire de l'Art);

1995 — membro do conselho consultivo para a conservação e restauro do vitral da Catedral de Siena, Itália, atribuído a Duccio di Buoninsegna e datado de finais do século XIII;

1997 — membro do conselho consultivo para a conservação e restauro dos vitrais medievais renascentistas da Catedral de Leon, em Espanha;

1999-2002 — director do Convento de Cristo, em Tomar. As funções correspondentes incluíram a gestão de recursos humanos, financeira, comercial, do edifício, de jardins e colecções, bem como a promoção da integração da comunidade através de actividades culturais e de trabalho voluntário. Neste contexto, foi comissário da exposição «Fenêtre ouvert sur Tomar», relacionada com a igreja do Convento de Cristo na época de D. Manuel I;

2001-2005 — perito avaliador de projectos de investigação científica relacionados com o património cultural junto da Comissão Europeia;

2002 — técnico superior do Mosteiro da Batalha, membro do conselho científico da 5th European Commission Conference on Research for Protection and Enhancement of Cultural Heritage, realizada em Cracóvia, de 16 a 18 de Maio;

Professor auxiliar convidado do Departamento de Conservação e Restauro da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa nas disciplinas de História e Técnicas de Produção Artística I e II e de Diagnóstico e Conservação de Pedra, Cerâmicos e Vidro;

2003 — professor do curso europeu de doutoramento, «The 'new' cultural heritages. Analysis conservation, valorisation», do Centro Universitário Europeo per i Beni Culturali, em Ravello, Itália, na área de gestão do património arquitectónico e paisagístico.

Conferências e publicações — proferiu numerosas conferências em Portugal, Inglaterra e Bélgica. Publicou 22 artigos sobre história, conservação, restauro e gestão do património arquitectónico, com particular relevo para o vitral. É autor do livro *O Mosteiro da Batalha e o Vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI*, Batalha: Câmara Municipal da Batalha, 2003 (258 pp. de texto e 200 ilustrações. ISBN: 972-95122-5-6). É editor e co-autor do livro *Pinturas da Charola de Tomar*, Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauro, 2005 (79 pp. de texto e 150 ilustrações. ISBN: 972-99476-0-0).

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

Direcção Regional de Saúde

Centro de Saúde da Praia da Vitória

Aviso n.º 20/2005/A (2.ª série). — 1 — Nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 213/2000, de 2 de Setembro, e 501/99, de 19 de Novembro, e por despacho de 14 de Março de 2005 do conselho de administração, faz-se público que, pelo prazo de 15 dias úteis contados a partir da publicação do presente aviso, se encontra aberto concurso interno geral de acesso para uma vaga da categoria de assessor superior da carreira de técnico superior de saúde (área de laboratório) do quadro de pessoal do Centro de Saúde da Praia da Vitória.

2 — O concurso visa exclusivamente o provimento da vaga, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — O local de trabalho situa-se no Centro de Saúde da Praia da Vitória, sito na Rua da Cidade de Artesia, 9760-856 Praia da Vitória.

4 — Requisitos de admissão ao concurso:

4.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;